

## É da Sua Conta #39 – Regras de tributação global devem ser decididas na ONU

Abertura + Sobe BG	
Grazielle David	Oi, boas vindas ao É da sua conta, o podcast mensal sobre como consertar a economia para que ela funcione para todas as pessoas. Eu sou a Grazielle David.
Daniela Stefano	<p>E eu a Daniela Stefano.</p> <p>O É da sua conta é uma produção da Tax Justice Network, Rede Internacional de Justiça Fiscal.</p> <p>Você encontra a descrição completa e pode ouvir os episódios anteriores em <a href="http://www.edasuaconta.com">www.edasuaconta.com</a> e nos mais populares tocadores de áudio.</p>
Grazi	<p>Países ricos na OCDE ou todos os países na ONU: onde devem ser tomadas as decisões sobre tributação internacional?</p> <p>No episódio #39 do É da Sua Conta vamos responder essa questão e mostrar a importância das decisões sobre tributação internacional serem realizadas nas Nações Unidas.</p>
SOBE BG	
Tove Maria Ryiding	O que me fez migrar das questões das mudanças climáticas para justiça fiscal foi ver que nas negociações ambientais globais, a falta de dinheiro é um enorme problema. Quem vai pagar a transição para uma economia verde?
Grazi	<p>Interessante que minha história é parecida com a da Tove Maria Ryiding, da Eurodadd.</p> <p>Eu comecei no movimento pelo direito à saúde e fui migrando para a economia e o movimento por justiça fiscal para lutar por recursos para a saúde e outros direitos humanos, e, como ela descobriu que existe muito dinheiro no mundo.</p> <p>O problema é que essas fortunas estão em esconderijos fiscais, ainda conhecidos como “paraísos fiscais”, com corporações e super ricos usando seu poder para se beneficiarem, enquanto o restante da população fica prejudicada.</p>
Dani	<p>E o fato do dinheiro estar parado nesses esconderijos fiscais faz com que, em geral os governos busquem os recursos que precisam onde é mais fácil tributar: com impostos sobre consumo, por exemplo.</p> <p>E aí, a população de baixa renda e pequenas e médias empresas acabam pagando proporcionalmente mais impostos do que os mais</p>

	ricos.
Grazi	<p>E ao não tributar os super ricos e grandes corporações, os países perdem trilhões de dólares que poderiam ser tributados de forma muito mais justa.</p> <p>Mas, é possível recuperar o dinheiro que está nesses esconderijos fiscais, o que interessa pra população de todos os países.</p> <p>Colocar esse dinheiro em circulação ajudaria a resolver as discussões internacionais sobre quem vai pagar a conta da crise climática e do desenvolvimento sustentável, por exemplo.</p>
Dani	Verdade! Só que para fazer com que esse dinheiro estagnado passe a circular nas economias, é preciso primeiro que as decisões sobre tributação internacional envolvam todos os países, porque as decisões sobre as regras de tributação global são feitas pelos países que mais estão se beneficiando com o atual sistema.
SOBE BG	
Grazi	<p>O episódio #37 do É da Sua Conta trouxe os achados do Índice de Sigilo Financeiro, relatório bianual da Tax Justice Network, que aponta quais são os países que mais permitem que super ricos e grandes empresas escondam suas riquezas.</p> <p>E uma das soluções ali apresentadas para acabar com o sigilo financeiro foi tratado no episódio #38, o Registro Global de Ativos.</p>
Dani	E dando sequencia às soluções para acabar com o sigilo financeiro, nesse episódio #39 vamos falar da importância da criação de uma Convenção Tributária e de um organismo tributário na ONU para aumentar a transparência, e dessa forma incluir todos os países nas decisões sobre tributação internacional.
SOBE BG	
Grazi	<p>Por que os países precisam se reunir em um fórum para decidir sobre tributação internacional? Por que só ações dentro do país ainda que ajudem muito, são limitadas para regular o sistema tributário internacional?</p> <p>Quem responde é nosso colunista, o jornalista Nick Shaxon, da Tax Justice Network.</p>
Nick Shaxson	<p>Quando uma empresa multinacional de um país investe em outro país, e produz alguns bens de alta tecnologia em uma fábrica lá, e faz lucro na venda desses bens em um terceiro país, surge a pergunta: qual país deveria tributar esses lucros?</p> <p>Deveria ser o país onde os bens são produzidos, que deve receber o imposto? Deveria ser onde os bens são consumidos? Ou deveria ser o país onde a multinacional forneceu a tecnologia e o investimento? Não é uma pergunta fácil de responder. A melhor resposta é: "todos os três países". Mas então você entra na complicada questão de</p>

	decidir como compartilhar isso.
Dani	E como se decidiu como compartilhar a tributação de multinacionais entre os países?
Nick	Duas filosofias diferentes foram debatidas. A primeira idéia era que se pegasse o lucro global total de uma multinacional, e depois se dividisse esses lucros em cada país onde essa multinacional tem operações, de acordo com alguma fórmula baseada em quantos funcionários ela tem em cada país, ou suas vendas em cada país, ou seus investimentos, ou uma mistura dessas coisas. A outra foi chamada de "arms lengt principle". A idéia é que uma multinacional tem muitas afiliadas em muitos países diferentes, e você trata cada afiliada em cada país como uma entidade separada, e assume que ela está negociando com todas as outras partes da multinacional aos chamados preços de braço de ferro, ou os preços que estas coisas iriam buscar em um mercado. Se essa afiliada local tiver lucro, então ela será tributada localmente.
Grazi	Arms lengt principle traduzido para o português fica o princípio do tamanho do braço...  E qual dessas duas filosofias foi escolhida para ser a modalidade de tributação das multinacionais?
Nick	Arm's length principle, onde se supõe que as empresas multinacionais são apenas entidades independentes de que comercializam umas com as outras.
Dani	Em episódios anteriores do É da Sua Conta, você já ouviu que as filiais de uma mesma empresa não negociam entre si como negociam com outras empresas, já que os custos de transação de negociar com outras empresas podem ser maiores e exigem mais transparência.  Ao negociar com as próprias filiais, as multinacionais podem se beneficiar: aproveitam brechas nas leis e paraísos fiscais para reduzir a contribuição social por meio de impostos e com isso aumentar os lucros.  Então, esse princípio do cumprimento dos braços não parece ser algo de fato praticado.
Nick	Não era verdade nos anos 1920, e é ainda menos verdade agora, com multinacionais que são enormemente mas complicadas.
Dani	Mas espera... Não sei se eu perdi algo, mas onde é que essas decisões foram tomadas?
Grazi	Na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE, onde estão somente 38 países, a maioria de alta renda. É por isso que muitas vezes ela é chamada de "clube dos países ricos".  E o acontece quando o "clube dos países ricos" toma as decisões

	sobre a tributação internacional?
Nick	<p>Eles tornaram as regras mais favoráveis aos países ricos! Que surpresa!</p> <p>Mas isso não foi a única coisa que aconteceu. Não foi apenas que o equilíbrio dos direitos tributários entre países fosse distorcido, em favor dos países ricos.</p> <p>As regras também começaram a favorecer cada vez mais as grandes multinacionais, em detrimento dos países. Assim, tornou-se mais fácil para as empresas multinacionais escapar do pagamento de impostos e aumentar seus lucros, e tornou-se mais difícil para os governos de todo o mundo aumentar a receita tributária, pagar por escolas e estradas, etc.</p> <p>Assim, as multinacionais começaram a andar livremente, fora dos impostos pagos por todos os outros, e a obter lucros cada vez maiores.</p>
SOBE BG	
Grazi	Para que essa realidade mude, diversas organizações da sociedade civil que trabalham por justiça fiscal estão há anos solicitando que as decisões sobre tributação internacional sejam tiradas da OCDE e passem a ocorrer na ONU.
Lays Ushirobyra	Isso permitiria a todos os países participar de forma igualitária, o que atualmente não é uma realidade com as regras tributárias globais sendo feitas na OCDE sem a participação de mais de um terço dos países do mundo.
Dani	Esta é a Lays Ushirobyra da Global Alliance for Tax Justice – Aliança Global por Justiça Tributária.
Lays	<p>A Global Alliance for Tax Justice divulgou em março, junto com Eurodad, uma proposta de uma convenção tributária na ONU.</p> <p>Se trata de um framework, no qual haveria um acordo entre todos os países de respeitar os direitos tributários uns dos outros. Isso passa, por exemplo, por não tomar medidas nacionais que prejudiquem os interesses tributários de outros países, além de cooperar na troca de informações em matéria tributária.</p> <p>A proposta também vincula a governança tributária internacional a outros compromissos e obrigações globais, incluindo direitos humanos, igualdade, proteção ambiental e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.</p> <p>Nós também defendemos a criação de um órgão fiscal da ONU, que basicamente trabalharia os detalhes técnicos desse framework e supervisionaria sua implementação.</p>
Grazi	E o que é preciso para criar essa convenção tributária na ONU?

Lays	Pra criar esse órgão fiscal global, seria necessária uma resolução da Assembléia Geral da ONU, ou um acordo na Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento, cuja data para a próxima Conferência ainda não foi fixada. Junto com outras organizações da sociedade civil, a Global Alliance for Tax Justice vem pedindo que a conferência aconteça em 2024, dada a urgência de reformar nossas regras tributárias globais para que elas reduzam desigualdades nos países e entre eles que têm sido exacerbadas em todo o mundo, especialmente nos últimos anos.
Dani	Mas quais são as evidências de que uma convenção da ONU faria com que a discussão tributária global avançasse?
Tove	Antes eu trabalhava com questões ambientais. E uma das razões pelas quais pensei em uma convenção fiscal das Nações Unidas foi porque existe uma convenção sobre o clima. Todos os anos tem uma reunião conhecida como Conferência das Partes, na qual todos os países se reúnem e tomam decisões globais. E eu estava à procura da mesma coisa em matéria de tributação. Mas não encontrei.
Grazi	Essa é Tove Maria Ryiding, que além de ser da Eurodadd, também integra a coordenação da Global Alliance for Tax Justice, e autora da proposta da convenção tributária que a Lays Ushirobyra comentou.
Tove -	Então eu comecei a analisar esta questão de ter uma convenção fiscal da ONU para que possamos ter decisões globais, tomadas em um cenário em que todos os governos possam participar, da mesma forma como acontece sobre as mudanças climáticas.
Dani	O modelo que está sendo sugerido é a adoção de uma Convenção Tributária com um organismo tributário internacional inclusivo para a tomada de decisões, ambos na ONU.
Tove	Se tivermos uma convenção da ONU adotada pela Assembleia Geral da ONU, e depois criada uma estrutura ao abrigo da convenção, mas não como um organismo separado, ainda assim seria parte integrante das Nações Unidas. Por isso pensamos que essa é a solução que pode começar a funcionar mais rapidamente e, ao mesmo tempo, garantimos uma nova estrutura bem sólida para a tomada de decisões globais.
Grazi	E como a Tove explicou, uma convenção seria o modo mais fácil porque já existem outras convenções na ONU, que serviram de exemplo para construir o texto da proposta da convenção tributária:
Tove	<p>Reli algumas das convenções com que trabalhei antes, quando estava no movimento ambiental e tentei coletar algumas das melhores práticas destas convenções.</p> <p>Poderíamos organizar uma Conferência das Partes, como a que vemos todos os anos sobre as mudanças climáticas. Ali os governos mundiais se reúnem, mas a sociedade civil também pode se reunir com os governos e pedir que prestem contas porque as negociações são bastante transparentes.</p>

	<p>E assim temos este momento em que as decisões globais são tomadas, mas também em que a sociedade pode exigir mais ação.</p>
Dani	<p>Mas mesmo dentro da ONU, os países de mais alta renda são os mais poderosos na hora das negociações.</p> <p>Tove, de que forma uma convenção tributária nas Nações Unidas poderia de fato tornar a discussão mais igualitária?</p>
Tove	<p>Vimos durante muitas décadas nas Nações Unidas a formação de alguns blocos chave de negociação. Isso significa que algumas vezes os países pequenos também podem ser poderosos. Temos agora, por exemplo, o bloco dos países africanos. Também há o grupo dos países menos desenvolvidos, das pequenas ilhas em desenvolvimento. Isso significa que os países pequenos e ou de baixa renda ainda têm uma oportunidade de influenciar a agenda, desde que trabalhem em conjunto.</p>
Grazi	<p>Verdade, tem também o grupo dos 77, que é o maior grupo de negociações para países em desenvolvimento e que agora tem 130 membros.</p> <p>Mas nem sempre as necessidades dos países menos influentes são atendidas.</p>
Tove	<p>Isso não quer dizer que os países em desenvolvimento sempre ganham nas Nações Unidas, mas significa que a balança é muito mais equilibrada do que, por exemplo, num organismo de negociação, como o G20, onde a grande maioria dos países do mundo não são nem convidados ou pior ainda - o G7, onde basicamente sete grandes economias tomam decisões globais.</p>
Dani	<p>Mas a Tove diz que outra vantagem de uma convenção tributária nas Nações Unidas pode ser a transparência das negociações:</p>
Tove	<p>É mais fácil para organizações da sociedade civil e as populações desse países ter algo a dizer quando se consegue ver o que se passa. Portanto, esta também é uma parte importante da dinâmica na ONU, o que significa que podemos ter campanhas e podemos apelar aos governos para que mudem de posição quando estão sendo injustos.</p>
Grazi	<p>Só lembrando, a Lays contou que a ideia é apresentar a proposta da Convenção Tributária na próxima Conferência das Nações Unidas sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, e espera-se que a próxima aconteça em 2024.</p> <p>Tove, o que vem sendo feito para que a proposta da Convenção se torne conhecida e, de fato, vire realidade?</p>
Tove	<p>Agora estamos discutindo este exemplo de uma convenção tributária da ONU com os governos. Tivemos algumas respostas extremamente positiva, em particular dos países em desenvolvimento.</p> <p>Na nossa análise, todos os países perdem com as falhas das regras</p>

	<p>fiscais globais, mas os países em desenvolvimento perdem mais.</p> <p>Mas também tentamos discutir esta proposta com alguns dos países da OCDE que têm impostos relativamente altos e não são paraísos fiscais. E é uma discussão muito, muito interessante porque para nós está evidente que há muitos países da OCDE que também estão perdendo com as regras fiscais em vigor.</p>
Dani	<p>A Tove contou ainda que mesmo alguns países da OCDE, como a Noruega, já apoiam a ideia de discutir impostos internacionais nas Nações Unidas.</p> <p>Outros países do clube dos ricos também estão começando a entender que as regras globais de tributação estão tão bagunçadas que algo precisa acontecer.</p> <p>E até as multinacionais se beneficiariam com uma convenção tributária na ONU:</p>
Tove	<p>É óbvio que algumas multinacionais têm ótimos advogados que abusam o máximo que podem do sistema atual; e naturalmente trabalham contra a existência de regras fiscais globais mais robustas.</p> <p>Mas existem também muitas multinacionais que sofrem com as constantes mudanças nas regras de países que buscam melhorar suas receitas. E este caos das regras, na verdade, não é bom para os negócios. É muito instável, imprevisível.</p>
Grazi	<p>Na prática, quanto tempo é necessário para se aprovar e implementar a convenção tributária?</p>
Tove	<p>Se os governos tiverem de negociar algo tão detalhado como a convenção fiscal da ONU que sugerimos, é algo que leva menos de 10 anos SE tivermos vontade política. O que interessa é que temos um problema que faz os países perderem centenas de bilhões de dólares todos os anos, o que, na verdade, é um ponto a favor para apressar o início dessa negociação.</p>
SOBE BG	
Dani	<p>Os países do Sul Global são aqueles que mais podem se beneficiar de uma convenção tributária na ONU. E muitos desses países já entenderam isso.</p> <p>Em maio de 2022, por exemplo, os Ministros de Finanças de países Africanos pediram o início das negociações na ONU para a Convenção Tributária</p>
Marcos Valadão	<p>O que os países africanos estão levantando é porque eles são efetivamente afetados por essa falta de uma estrutura que distribua a base tributária global de maneira mais justa e que também impeça a fuga desses recursos por via de fluxos financeiros ilícitos.</p>
Grazi	<p>Quem comenta é Marcos Valadão, do conselho diretor da Tax Initiative do South Centre.</p>

	<p>O continente africano perde estimados 50 bilhões de dólares anuais para abusos fiscais e fluxos financeiros ilícitos. Marcos, como uma convenção tributária na ONU pode contribuir para que os países do Sul Global parem de perder dinheiro para os abusos fiscais?</p>
Marcos	<p>É preciso que se reestruture essa abordagem a partir de participação efetiva, mas a partir de uma comunidade estruturada como a ONU, não uma comunidade que é estruturada que toma decisões a partir de uma perspectiva dos países mais ricos.</p>
Dani	<p>Durante a cúpula das Américas, o presidente chileno Gabriel Boric também fez pressão para que haja um pacto tributário global com o objetivo de acabar com os paraísos fiscais. Marcos, de que forma um pacto tributário global poderia avançar via Nações Unidas?</p>
Marcos	<p>Uma discussão necessariamente multilateral, necessariamente, não enviesada, mas dentro de um organismo como a ONU que tem um multilateralismo mais eficiente. Como está sendo proposto e foi reforçado aí pelo presidente do Chile que uma convenção global estruturada de forma mais inclusiva e com a participação mais efetiva dos países em desenvolvimento teria melhores resultados. E veja que o Chile é membro da OCDE.</p>
Grazi	<p>O Marcos lembrou que o Chile faz parte da OCDE e que mesmo assim vê a necessidade de um pacto global de tributação... E o Brasil, que quer entrar para a OCDE, de que lado está?</p>
Marcos	<p>O que o Brasil tem feito nos últimos anos é participar do modelo da OCDE cada vez mais e por essa proposta de efetivar a entrada do Brasil na OCDE. Não tenho a posição oficial do Brasil mas pelo que a gente vê ela está se assemelhando mais à forma como a OCDE tenta moldar a solução desses problemas em nível internacional.</p>
Grazi	<p>O É da Sua Conta buscou a missão do Brasil junto à ONU e a Receita Federal, mas nenhuma das duas se pronunciou a respeito até o fechamento desse episódio.</p>
Dani	<p>E ainda que se constitua um corpo internacional dentro da ONU, há diferenças entre os países de alta e baixa renda também na estruturação de seus órgãos fiscais.</p> <p>Para diminuir essa desigualdade seria importante que a Convenção Tributária encontrasse formas de apoiar financeira e tecnicamente os países do Sul Global.</p> <p>Outra vantagem da convenção é que os países de baixa renda e em desenvolvimento podem propor regras globais mais simples do que as modelagens sofisticadas e complexas impostas agora pelos países desenvolvidos.</p>
Grazi	<p>O mundo também necessita de um fórum que verdadeiramente englobe todos os países porque os acordos bilaterais se tornam cada vez mais obsoletos em uma economia cada vez mais global, além de aumentarem as desigualdades, já que sempre beneficiam os países de mais alta renda.</p>



Marcos	<p>Algumas questões mais complexas como a forma da tributação na economia digital, a tendência dos países criarem tributos digitais funcionando como consumo embora reflitam na tributação da renda também. Mas é possível fazer ajustes nesses sistemas de forma que você tenha compensações. Só que isso tem que ser feito de uma maneira inclusiva, multilateral, transparente, de forma igualitária e um ambiente adequado pra fazer isso é o ambiente da ONU</p>
SOBE BG Fechamento	
Grazi	<p>As tentativas da OCDE de incluir muitos países na consulta de temas tributários é interessante, mas insuficiente por não ser algo realmente democrático, já que os países não membros não podem tomar decisões e são somente consultados.</p> <p>É por isso que migrar as decisões sobre tributação internacional da OCDE para a ONU é fundamental.</p> <p>A Convenção Tributária, proposta por organizações da sociedade civil permitiria ter um órgão permanente na ONU para monitorar as decisões sobre tributação internacional e vincularia os países ao que está escrito, além de ampliar a transparência dos debates para toda as pessoas.</p> <p>Com os países acordando uma tributação internacional justa, com adequada distribuição dos tributos arrecadados, seria possível melhorar os serviços públicos que garantem direitos das pessoas e do meio ambiente e reduzir desigualdades.</p> <p>Podemos exigir que nossos governos, ministros de Finanças, Receita Federal, missões permanentes na ONU, pressionem pela Convenção Tributária, como estão fazendo os ministros de Finanças dos países Africanos. Que essa demanda se espalhe por outras regiões.</p>
SOBE BG	
Espaço do ouvinte	
Alda Cotta:	<p>Eu não tinha nem ideia das riquezas do mundo virtual, de como o cara pode ganhar muito dinheiro, é uma coisa imensurável o que ainda pode rolar por aí</p>
Dani	<p>Essa é a nossa ouvinte Alda Cotta, de Utrecht, na Holanda, sobre o episódio #38 do É da Sua Conta; que detalha como é possível esconder riquezas adquirindo obras de arte virtual.</p> <p>E se você quiser comentar com a gente alguma questão ou enviar sugestões de temas ou só dar um alô, você pode nos encontrar no twitter e <a href="#">_dasuaconta</a> ou no facebook.</p> <p>Em <a href="http://www.edasuaconta.com">www.edasuaconta.com</a> você pode se cadastrar pra receber a nossa newsletter ou, se preferir, escreve pra <a href="mailto:info@edasuaconta.com">info@edasuaconta.com</a> com o seu nome e número de telefone que a gente te cadastra na lista de distribuição do É da Sua Conta pelo whatsapp.</p>

SOBE BG	
Grazi	<p>O É da Sua Conta é coordenado por Naomi Fowler. A produção desta edição é da Daniela Stefano e minha, Grazielle David.</p> <p>Um abraço, e até o próximo.</p>
Dani	<p>Um abraço, segue se cuidando e até o próximo!</p>